

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ANA LAURA DE CASTRO VIEIRA

**Os embates provocados pelo Escola sem Partido:** relações entre o fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo no Brasil (2004-2019)

Uberlândia - MG

2024

ANA LAURA DE CASTRO VIEIRA

**Os embates provocados pelo Escola sem Partido: relações entre o fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo no Brasil (2004-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Sérgio Paulo Morais

Uberlândia - MG

2024

ANA LAURA DE CASTRO VIEIRA

**Os embates provocados pelo Escola sem Partido: relações entre o fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo no Brasil (2004-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em História - Licenciatura.

Uberlândia, 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (INHIS-UFU)

---

Profa. Dra. Fernanda Cássia dos Santos (ESEBA-UFU)

---

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula (INHIS-UFU)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Rosa e Adivair, por sempre priorizarem a minha educação e cuidarem para que eu tivesse todos os recursos para me dedicar exclusivamente aos estudos. Muito obrigada por acreditarem nos meus sonhos. Vocês são a base de tudo e eu não poderia ter sido mais abençoada ao ter vocês como pais. Estendo esse agradecimento ao meu irmão, Paulo Vitor, por aguentar diariamente meu estresse e por ser o melhor irmão do mundo. Obrigada por sempre acreditar no meu potencial profissional e por se orgulhar de ter uma irmã historiadora.

Agradeço ao melhor presente que o curso de História me deu – Danton, meu namorado desde o primeiro período. Muito obrigada por ter me acompanhado durante esses quatro anos de graduação, que foram repletos de cuidado, risada e muito companheirismo. Você deixa tudo mais leve e divertido desde que te conheci, a faculdade não teria sido tão boa se não fosse compartilhada com você. Obrigada por acreditar em mim e nesta pesquisa nos momentos em que eu não tive força para acreditar.

Agradeço a minha tia Nilza, que durante os últimos anos sempre se preocupou com o meu bem-estar e garantiu que eu tivesse diversos momentos de relaxamento e distração. Obrigada por sempre cuidar e zelar por mim. E, apesar das nossas discordâncias ideológicas, agradeço por você se orgulhar dos caminhos que estou trilhando.

Agradeço aos meus sogros, Meire e Thiago, por tanto carinho e acolhimento nos últimos anos. Muito obrigada por terem me recebido tão bem e me presenteado com mais uma família.

Agradeço à minha Dinha, Valdira, por cuidar de mim desde o meu nascimento. Me faltam palavras para expressar o quão importante você é. Muito do que sou, devo a você. Obrigada por sempre me incentivar a estudar e torcer a cada conquista.

Agradeço as minhas amigas, pela paciência em escutar todos os meus surtos com o curso de História e com esse TCC e, sobretudo, por estarem comigo há tanto tempo e serem as irmãs que a vida me deu. Vocês estão comigo desde muito antes da faculdade e sou imensamente grata a cada uma de vocês: Carol, Lara, Amanda, Eduarda, Giovana, Maria Eduarda, Gabriela, Ysla, Fernanda, Michaella e Luiza. À Fernanda, Luiza e Michaella por serem as primeiras a me ensinar o que é amizade verdadeira. Vocês foram o maior presente que a Sonho Encantado me deu e minha infância só foi tão incrível porque tinha vocês em todos os meus dias.

À Ysla, por ser minha grande companheira de jornada. Você me ensina diariamente a ter um olhar mais doce para a vida. Obrigada por, mesmo à distância, ter acompanhado cada

um dos meus passos tão de pertinho. Obrigada por sempre me escutar e sempre ter os melhores conselhos de prontidão. Agradeço, ainda, por acreditar tanto no meu potencial. Você é minha mió.

À Amanda, pela nossa conexão singular. Obrigada por ser minha companheira de treinos, fofoca e desabafos. Agradeço por você me compreender tão bem. Você é luz por onde passa e sou muito grata por você iluminar minha vida há tanto tempo.

À Carol, por ser meu porto seguro na UFU. Meus dias na faculdade foram muito mais felizes quando tive você para dividir cada risada, choro e abraços. Nossos almoços de quinta-feira fizeram, e ainda fazem, toda a diferença. Obrigada por sempre topa enfrentar a fila quilométrica do RU no dia de estrogonofe só para me ver celebrar o open de batata palha. Sou grata por partilharmos tantas coisas em comum. Obrigada por zelar tanto da gente.

À Eduarda, por ser tão única em tudo que se propõe. Obrigada pela paciência com a minha rotina tão conturbada nos últimos meses. Prometo aproveitar cada segundo da sua presença em Uberlândia nos próximos meses. Agradeço também à Giovana, por sempre me encontrar nos intervalos de aula pela UFU para saber como estou e focar sobre a vida. E à Maria Eduarda e Gabriela por me acompanharem desde o Ensino Médio torcendo e acreditando em mim em todos os momentos.

À Leticia, a maior amizade que o curso de História me deu. Obrigada por tantos momentos juntas, desde a militância aos nossos cafés superfaturados e clubes de leitura. Agradeço por ser tão presente em todos os momentos da minha graduação e da vida.

Aproveito para agradecer a turma 47 do curso, por tantas discussões e partilhas. Por serem a turma da “licenciatura por amor”. Vocês fazem a educação ter muito mais sentido. Agradeço, em especial, ao Robson, Scatolin, Ana Rafaela e Danielly, por se fazerem tão presentes nesses últimos tempos de graduação, levo vocês para a vida.

Agradeço ao Programa Residência Pedagógica da CAPES, por ter me ensinado tanto sobre as vivências no ambiente escolar. Estendo este agradecimento à ESEBA – Colégio de Aplicação da UFU, por ter me acolhido tão bem desde o meu primeiro contato com a escola. Agradeço ao projeto Incluir, o qual participei no ano de 2022, por ter me alertado sobre a importância de ter a educação inclusiva como perspectiva na minha prática profissional. Agradeço, em especial, ao meu eterno 3º B, a primeira turma que acompanhei por um tempo maior. A educação fez muito mais sentido depois que conheci vocês.

Nesse sentido, também agradeço à professora Fernanda, minha preceptora da Residência Pedagógica, pelos inúmeros ensinamentos, conselhos e experiências compartilhadas. Foi ao seu lado que vi o Escola Sem Partido se materializar na porta da escola. Obrigada por me ensinar a potência da luta pela democracia e pela criticidade em sala de aula.

Agradeço a todo o corpo docente do Instituto de História pelas inúmeras contribuições na minha formação. Agradeço, especialmente, à professora Dilma, pelas inúmeras discussões sobre educação e livro didático ainda no meu primeiro período. Acredito que se não fosse pela potência das suas aulas, a licenciatura não teria tido o mesmo impacto sobre mim.

Agradeço ao meu orientador, Sérgio Paulo, por me permitir sonhar e realizar cada detalhe dessa pesquisa e desse processo de conclusão do curso. Obrigada pela orientação paciente e atenta em cada etapa. Agradeço por tantos ensinamentos, pela disposição e por acreditar nessa pesquisa.

Agradeço ao Futuro Associação Educacional, o cursinho alternativo que me possibilitou ter minhas primeiras experiências com a sala de aula. Sou muito grata pela maneira como essas vivências me constituíram e contribuíram para a minha formação profissional. Agradeço também a todos os alunos que conheci e me afeiçoei nesse processo.

Agradeço a todos os professores da educação básica que tive o prazer de aprender durante meus tempos de escola. Em especial, à Eliete, por me fazer acreditar em uma educação laica e crítica ainda enquanto eu estava no Fundamental II. Foi por meio de você que fui pela primeira vez à UFU assistir à palestra sobre o Escola Sem Partido em 2016, e hoje materializo nessa mesma universidade uma pesquisa sobre o tema. Ao Tiago Finzi, por me fazer apaixonar pela História.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Centro Acadêmico de História Felipe Ralf e ao Levante Popular da Juventude por todos os anos de militância. Acredito muito na potência do movimento estudantil e certamente as experiências que dividimos contribuíram diretamente na minha formação crítica enquanto professora e historiadora. Afinal, juventude que ousa lutar, constrói o poder popular!

Odeio os indiferentes. Creio, como Federico Hebbel, que “viver quer dizer tomar partido”. Não podem existir os que são apenas homens, estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.  
(Gramsci)

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar historicamente as motivações religiosas que fundamentam o Movimento Escola sem Partido, desde sua ascensão às articulações realizadas enquanto projeto de lei. Compreende-se que essa movimentação política advém da crescente onda conservadora no Brasil do século XXI, tendo seu surgimento em 2004 e, apesar da derrota do projeto de lei na Câmara dos Deputados, em 2018, possui reflexos ainda presentes na conjuntura educacional brasileira. Evidencia-se tanto no discurso do ESP, quanto nas práticas sociais de grupos conservadores, uma base ideológica pautada em valores morais cristãos, atrelados principalmente ao neopentecostalismo evangélico e à Renovação Carismática Católica. Nesse sentido, a metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas e documentais, como os Projeto de Lei nº 7180/2014; nº 7181/2014; nº 867/2015; nº 10659/2018; nº 9957/2018; nº 246/2019 e a PEC 435/2014, em diálogo com as produções acadêmicas que discutem os avanços de políticas neoliberais, conservadoras e religiosas que tangenciam a educação. Assim, busca-se examinar, a partir do materialismo histórico-dialético, os impactos provocados pelo pensamento conservador, fomentado por grupos à direita e de viés dogmático, no campo jurídico e suas repercussões na educação brasileira.

**Palavras-chave:** Escola sem Partido; Fundamentalismo religioso; Extrema Direita.

## ABSTRACT

This paper aims to historically analyze the religious motivations behind the movement Escola Sem Partido, from its rise to its articulations as a bill. It is understood that this political movement stems from the growing wave of conservatism in Brazil in the 21st century. It emerged in 2004 and, despite the bill's defeat in the Chamber of Deputies in 2018, it still has repercussions in the Brazilian educational context. Both in the discourse of the ESP and in the social practices of conservative groups, there is an ideological basis based on Christian moral values, mainly linked to evangelical neo-pentecostalism and the Catholic Charismatic Renewal. In this sense, the methodology adopted is based on bibliographical and documentary research, such as Bill 7180/2014; 7181/2014; 867/2015; 10659/2018; 9957/2018; 246/2019 and PEC 435/2014, in dialog with academic productions that discuss the advances of neoliberal, conservative and religious policies that touch on education. The aim is to examine, based on historical-dialectical materialism, the impacts caused by conservative thinking fostered by groups on the right and with a dogmatic bias, in the legal field and its repercussions on Brazilian education.

**Keywords:** Escola Sem Partido; Religious Fundamentalism; Far Right.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Objetivos Gerais do Ensino Fundamental nos Parâmetros Curriculares Nacionais .....	34
Figura 2 -	Deveres do professor.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
ESP	Escola Sem Partido
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MPL	Movimento Passe Livre
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PSC	Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
RCC	Renovação Carismática Católica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA (2002-2016) .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>AS BASES IDEOLÓGICAS CRISTÃS-CONSERVADORAS.....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>DISPUTA JURÍDICA E IDEOLÓGICA .....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>
<b>8</b>	<b>ANEXO A – TERMO DE OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia objetiva analisar historicamente as relações entre o fortalecimento de grupos religiosos, como a Renovação Carismática Católica e o neopentecostalismo evangélico, e a consolidação ideológica do movimento Escola Sem Partido. Para isso, é realizada uma análise de conjuntura sobre a dinâmica política e econômica do Brasil a partir do início dos anos 2000, com os primeiros governos de Luís Inácio Lula da Silva, seguido pelos mandatos de Dilma Rousseff – que culminou em importantes eventos, como as jornadas de junho de 2013 e o impeachment da presidenta. Esses acontecimentos potencializaram a ascensão não apenas de organizações religiosas, mas também de figuras políticas com tendências marcadamente conservadoras e de direita, incluindo deputados, senadores e candidatos presidenciais.

Em seguida, busca-se aprofundar sobre a emergência desses movimentos religiosos, como eles impulsionaram o conservadorismo e pleiteiam um campo de disputa pela política, pela Educação e pelo Ensino de História. Assim, a presente pesquisa analisa os princípios que fundamentam essas doutrinas e que também orientam seu formato de atuação e expansão. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre como a ideologia cristã-conservadora têm impactado e disputado a educação brasileira e incentivado o cerceamento de docentes e de conteúdo, como mecanismo de legitimação de seu discurso.

Este trabalho encontra-se fundamentado no campo historiográfico da História Social, campo este compreendido e definido por Hebe Castro “(...) enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos - sociais - na explicação histórica”<sup>1</sup>. No século XX, a historiografia debateu incessantemente sobre as possíveis atribuições deste campo histórico, sendo difícil defini-lo pois grande parte das temáticas estudadas poderiam ser enquadradas como uma história da sociedade, desde as articulações e aproximações com os movimentos sociais, os costumes da humanidade e com a economia.

Desse modo, a preconização da História Social pela “experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos sociais na explicação histórica”<sup>2</sup> é mantida em sua constituição básica, demonstrando aproximações com o tema abordado nesta monografia. Visto que este tem como objetivo central compreender as articulações e pretensões do fundamentalismo religioso em torno do movimento Escola sem

---

<sup>1</sup> CASTRO, Hebe Mattos. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.89-90.

<sup>2</sup> Ibidem.

Partido e analisar os impactos sociais deste processo, considerando a recepção da população comum brasileira, especialmente os grupos relacionados à Educação - a comunidade docente e discente.

Para alcançar tal objetivo, a metodologia de trabalho que foi utilizada nesta pesquisa de cunho teórico é a análise do material bibliográfico e documental levantado, dentre as fontes estão os documentos governamentais - os Projetos de Lei nº 7180/2014; nº 7181/2014; nº 867/2015; nº 10659/2018; nº 9957/2018; nº 246/2019 e a PEC 435/2014. Essa análise é fundamentada a partir da leitura e estudo de obras que discorrem sobre o materialismo histórico, articulando alguns de seus conceitos específicos para compreender o processo histórico estudado, dentre eles estão as relações de produção, a ideologia e a estruturação jurídico-política do modo de produção.

O materialismo histórico propõe, portanto, uma distinção entre o que diz respeito à realidade, do objeto e do pensamento, partindo do que é concreto, real, material a partir de dados analisados. Sendo após a investigação em que é possível alcançar conceitos e abstrações simples e complexas. Sob essa perspectiva, infere-se o entendimento das instituições sociais como produtos históricos, que demandam entendimentos complexos desde sua origem a seu desenvolvimento e atuação social<sup>3</sup>. As instituições religiosas estudadas, a Renovação Carismática Católica e a corrente evangélica neopentecostal, serão analisadas a partir dessa premissa, em que historicizá-las no tempo, no espaço e em seu contexto amplia a profundidade e concretude das respostas a serem obtidas.

Nesse sentido, a pesquisa a ser desenvolvida parte destes importantes conceitos e teóricos apresentados, reconhecendo as estruturas sociais e a organicidade dos processos históricos, de modo a explicitar o impacto que o neoliberalismo tem obtido nas últimas décadas do século XXI e mantido pela sociedade burguesa que fomenta elevados níveis de violência e exploração no campo trabalhista, político, econômico e social. O capítulo inicial aborda os principais acontecimentos e marcos da política brasileira, entre 2002 e 2016, de modo a evidenciar contexto de ascensão do conservadorismo e da extrema-direita.

Intitulado "As bases ideológicas cristãs-conservadores", o capítulo posterior discute a emergência das correntes religiosas neopentecostais evangélicas e da Renovação Carismática Católica e suas consolidações no Brasil. Também compreende as fundamentações dogmáticas

---

<sup>3</sup> ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

dessas organizações, ou seja, as ideias que baseiam o discurso religioso e que justificam suas estratégias de expansão social e nos diversos meios de comunicação.

Em sequência, o último capítulo lida com a articulação entre as propostas apresentadas nos projetos de lei atrelados ao Escola Sem Partido e a dimensão ideológica que os fundamentam. Desse modo, a análise dos PL's permite a correlação entre o crescimento do neoconservadorismo e do fundamentalismo religioso, que não se encontram dissociados, e as disputas políticas e jurídicas pela educação.

Assim, o principal foco é compreender o papel e a importância da ideologia na sociedade contemporânea brasileira, em que este conceito se tornou um campo de disputas, fomentado pelas forças políticas e religiosas. Por esse motivo, é urgente reconhecer esse espaço de disputa no âmbito educacional, desde o surgimento do Escola sem Partido, em 2004, aos últimos embates políticos e de reformas, em 2019.

## 2 ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA (2002-2016)

Para compreender o surgimento e a articulação do ESP é necessário realizar uma análise conjuntural retroativa da política brasileira. Partindo do materialismo histórico, é fundamental definir o que é classe social, para que enfim seja possível traçar um panorama sobre suas mobilizações e disputas. Para isso, adota-se nesta pesquisa a definição proposta por Marilena Chaui, entendendo que

Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma práxis, um fazer histórico. Se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil.<sup>4</sup>

Esta nova classe média apontada por Chaui torna-se um dos principais agentes da conjuntura política brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI, sendo constituído sob o desejo de ordem e segurança, além de um anseio em se tornar classe dominante e se afastar ao máximo do proletariado. Desse modo, esse grupo configura-se ideologicamente conservador e reacionário, aparelhado aos interesses burgueses. Gaudêncio Frigotto compreende que

O Brasil, no contexto do capitalismo mundial, estruturou-se sob o signo colonizador e escravocrata e, como tal, produziu uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo. Das burguesias clássicas que lutaram para constituir nações autônomas e independentes e que, mesmo cindidas em classes, estruturaram sociedades com acesso aos direitos sociais básicos, diferentemente dessas, a burguesia brasileira sempre foi anti-nação, anti-povo, anti-direito universal à escola pública. Uma burguesia sempre associada de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital.<sup>5</sup>

Essa condição da burguesia nacional impulsionou e fomentou inúmeras disputas políticas que provocaram alterações na história do Brasil. Os primeiros descontentamentos surgem com a possibilidade de se eleger um ex operário à presidência da república, desde sua primeira tentativa ao cargo, em 1989, até seu sucesso eleitoral em 2002. Após duas grandes derrotas, a expectativa para o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva era grande, especialmente no que diz respeito às reformas estruturais – agrária, tributária, jurídica e política. No entanto, nenhuma delas foi, de fato, concretizada, e os grandes empresários continuaram lucrando exponencialmente.

---

<sup>4</sup> CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p.19.

<sup>5</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. As gêneses das teses do Escola sem Partido: esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola 'sem' partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, Uerj, 2017, p.20.

Sob esse contexto, dois grandes incômodos são sentidos pela burguesia brasileira. O primeiro é a imagem construída sobre o Brasil frente aos demais países e ao capital internacional, visto que escândalos de corrupção estavam ocorrendo, tornando evidente o caos político do país. O outro aspecto diz respeito aos avanços de movimentos sociais e culturais que pautavam suas reivindicações de maneira cada vez mais incisiva e conquistaram espaço público e adesão popular. Assim, esses avanços também reverberaram nas escolas públicas, que passaram por intenso processo de democratização ao acesso, e tiveram seus currículos reformados.

Em 2003, Lula assume a presidência do Brasil, demarcando um marco histórico, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), em um país com intensa tradição autoritária e sob comando das elites. Nesse sentido, criaram-se expectativas em prol de uma virada democrática, com maior equilíbrio social e uma redução da desigualdade<sup>6</sup>. A respeito disso, Guilherme Tommaselli, evidencia que

O contexto pós-Durban e a eleição de Lula, construída em parceria com os movimentos sociais, a partir de um plano de governo cujas metas contemplavam parte das reivindicações históricas de tais movimentos – como o movimento negro e de mulheres –, criou em 2003 um cenário de muitas expectativas em relação a uma reorganização institucional e de políticas públicas que contemplassem as questões de gênero, raça, sexualidade e outras, exigindo do Estado um tratamento focal das desigualdades pensadas durante muito tempo de forma abstrata.<sup>7</sup>

Dentre as estratégias traçadas para atender as demandas sociais, é importante destacar a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, articulando uma série de ações voltadas para a população afrodescendente, especialmente nas esferas da saúde e educação. Nesse mesmo ano, ocorre a aprovação da lei nº 10.639, responsável pela implementação da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas brasileiras, públicas ou privadas, a partir do Ensino fundamental ao Médio.

Em seguida, em 2004, criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), enquanto órgão atrelado ao Ministério da Educação (MEC). Seu objetivo principal era articular e gerir políticas públicas voltadas a ampliação do acesso à educação a todos os cidadãos, considerando suas particularidades e valorizando conteúdos que respeitem a diversidade nos âmbitos de gênero, raça, classe, cultura, religião e outros.

---

<sup>6</sup> TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola sem partido**: síndrome de uma educação autoritária. Curitiba: Appris, 2019, p.63.

<sup>7</sup> RODRIGUES, T. C.; ABRAMOWICZ, A.. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, 2013, p. 15–30.

Apesar de algumas benfeitorias, os governos de Lula não atenderam apenas as camadas populares. Pelo contrário, Cassin e Fernandes pontuam que, no momento em que o PT assumiu o poder, já era possível configurá-lo como um partido pró-capital, ou seja, que já havia rompido com os ideais que compuseram sua fundação em prol de governabilidade.

Este abandono se deveu a um processo de transformismo operado no interior do partido que conduziu a um conjunto de alianças e concessões, as quais permitiram a aceitação do PT por parte da burguesia brasileira e do imperialismo como uma alternativa viável de governo, que garantisse, ao mesmo tempo, a continuidade da política macroeconômica e a prevenção das lutas populares ameaçadoras da ordem.<sup>8</sup>

Buscando não desagradar nenhum grupo, os dois mandatos de Lula demonstraram a manutenção de privilégios das classes dominantes e a promoção de políticas públicas de cunho social. Essa tentativa de conciliação de classes incomodou, especialmente, os grupos ricos, porque perderam a exclusividade ao acesso a determinados bens materiais e melhor educação e saúde. Assim, os autores reiteram que

As políticas sociais nesse período foram orientadas para o combate à miséria por meio da seletividade e focalização das ações nos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Houve uma ampliação significativa dos programas de transferência de renda, ao mesmo tempo, em que se aprofundava o desmonte das demais políticas do sistema de proteção social, a exemplo da Saúde e da Previdência Social. Aliada a outros fatores como aumento do salário mínimo e expansão do crédito, a ampliação do Programa Bolsa Família (PBF) possibilitou uma melhoria nas condições materiais de vida dos indivíduos mais pobres, que passaram a constituir uma nova base eleitoral de apoio para o PT a partir de 2006.<sup>9</sup>

A governabilidade dos mandatos petistas foi marcada por uma estabilidade política proveniente de um pacto social apoiado no grande capital financeiro, no consenso ativo das principais organizações do mundo do trabalho e do consenso passivo das classes subalternas por meio de políticas compensatórias<sup>10</sup>. Essa articulação teria sido a responsável pela manutenção do eleitorado de Lula, uma vez que

De acordo com Singer [...], teria havido, a partir de 2003, uma mudança na conjuntura econômica internacional que resultou em uma orientação voltada para a adoção de políticas de redução da pobreza, com destaque para o combate à miséria e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isto teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”, um realinhamento eleitoral que se cristalizou em 2006, dando origem ao que o autor denomina de lulismo: um modelo de diminuição da pobreza com manutenção da ordem.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os Governos Petistas E A Conciliação De Classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 28, ed. 1, 2019, p.16. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12442>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

<sup>9</sup> Ibidem, 2019, p.16.

<sup>10</sup> SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 1, 2014, p.68- 76.

<sup>11</sup> Ibidem, 2019, p. 19.

Ainda no primeiro mandato petista, acontece o escândalo do Mensalão, em contradição a todo discurso do partido em prol do combate à corrupção. Tommaselli sinaliza que este foi o primeiro passo, ainda que inicialmente sem sucesso, para acusar e criminalizar o PT como o grande responsável pela corrupção histórica do Brasil. Esse acontecimento também contribui para o descontentamento político da classe média, que até os dias atuais utiliza-se desse caso para invalidar Lula e seu partido. No entanto, não foi o suficiente para derrubar Lula, tampouco para não eleger a próxima presidenta petista, Dilma Rousseff.

Nos governos de Dilma, evidencia-se um acontecimento marcante tanto para a conjuntura política brasileira contemporânea, quanto para seu golpe em 2016. São as jornadas de junho de 2013 que alteram significativamente o curso do país. Essa sequência de manifestações parte, inicialmente, de uma premissa do Movimento Passe Livre (MPL) contrária ao aumento na tarifa de ônibus em São Paulo e em outras capitais. No entanto, o perfil dos manifestantes altera de maneira significativa no decorrer do mês, visto que o movimento, a princípio, estava mais à esquerda. A partir do dia 13, encontram-se manchetes que expressam uma nova face, em que atos violentos contra a imprensa são registrados e a truculência policial é evidenciada.

Sob esse contexto, discursos contrários aos atos desordenados e “vândalos” ganham notoriedade nos jornais e demais veículos de comunicação. A partir do dia 17 de junho, as manifestações ganham outro corpo, no sentido ideológico, que passa a contemplar reivindicações das classes médias, e na adesão de pessoas, atingindo mais de 100 mil manifestantes em São Paulo, por exemplo. Nesse sentido, Singer pontua que

(...) a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí, um viés *oposicionista* que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais.<sup>12</sup>

Assim, os protestos que ocorrem em seguida assumem as bandeiras da hiperinflação, da anticorrupção e do mensalão. Em especial, o dia 18 de junho apresenta, pela primeira vez, um novo elemento – a rejeição aos partidos políticos e às ideologias. Inicia-se, neste momento, uma guinada ideológica, embora sem se reconhecer como tal, contrária à política e tudo que a envolve. Atrelado a este processo, as articulações contrárias ao governo de Dilma popularizam-se nas ruas e na mídia.

---

<sup>12</sup> SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 97, 2013, p.23–40.

Surge, nesse contexto, um novo elemento, “a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção”, aponta Singer. O centro articula-se com a burguesia e, insatisfeitos, dão início a uma série de articulações políticas e sociais que fragilizam a governabilidade da presidenta que, sob frustradas tentativas, não consegue contornar o anseio popular efervescente nas ruas, tampouco o aparelhamento midiático, também perde popularidade.

Desse modo, torna-se evidente que “os elementos que remetem às jornadas de junho são fundamentais para a reflexão a propósito do cenário que permitiu o golpe de 2016, assim como as ramificações desses fenômenos, nos mais diversos campos”, afirma Tommaselli. Nesse sentido, Frigotto pontua que o golpe teve como sustentação os institutos privados que representam os detentores do capital local e mundial, que contou com uma imprensa já tendenciosa em concordância com a deposição de Dilma e com o descontentamento, por vezes atrelado ao discurso religioso e conservador, de certa parcela da população com os últimos governos do PT, o que culminou em uma articulação golpista.

A nova roupagem da direita apresenta-se pautada no discurso apartidário, recorrente nas jornadas de 2013, em união com o conservadorismo político, econômico e social. Sendo esse último aspecto relevante para a presente pesquisa, uma vez que é notória a relação da nova direita brasileira com grupos religiosos neopentecostais e católicos. A combinação entre esses setores resulta em um intenso e preocupante reacionarismo. Um importante exemplo desse fenômeno apresenta-se nos votos pelo impeachment de Dilma Rousseff, em que inúmeros deputados fundamentam sua argumentação em prol de suposta defesa pela família e por Deus. Nesse sentido, Frigotto aponta que

Teria sido ingenuidade ou mera coincidência que a maioria absoluta de deputados que aprovaram a abertura do processo de impeachment invocou, invariavelmente, Deus e a família? Também não é mera coincidência nem expressão meramente individual da advogada de acusação no processo de impeachment, Janaína Paschoal, mas de grupos que se ampliam em nosso país: “Deus que fez com que várias pessoas, ao mesmo tempo, cada uma na sua competência, percebessem o que estava acontecendo com o nosso país e conferisse a essas pessoas coragem pra se levantarem e fazerem alguma coisa a respeito.”<sup>13</sup>

Essa relação é evidente também quando se observa a existência da bancada BBB – da bala, do boi e da bíblia - correspondente à bancada armamentista, ruralista e evangélica,

---

<sup>13</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. As gêneses das teses do Escola sem Partido: esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, Uerj, 2017, p.30.

possuindo suas agendas alinhadas à direita conservadora. Tommaselli explica que essa está em conformidade sob

(...) moldes de um mecanismo propriamente fascista, a nova direita se apresenta como única solução para a crise que vivemos e aflige a população, e seu diagnóstico para a crise já apresenta também a solução, isto é, a crise é moral, é de valores, é cultural, por conseguinte, é necessário fazer uma revisão da moral e propor um renascimento social. Nesse cenário, os signos tradicionais da elite brasileira são fundamentais para o processo de adesão a essas ideias e, logo, são reforçados. A tríade Deus, Família e Pátria se converte na possibilidade de salvação da nação e do renascimento social, o que, em tese, resolveria os problemas políticos, econômicos e sociais.<sup>14</sup>

A partir da análise conjuntural brasileira, é possível compreender que o movimento Escola Sem Partido, embora criado em 2004, ganha forças quase 10 anos depois, pois encontra um momento de crise, de fragilidade política e se apresenta como única solução para os problemas da sociedade e, em especial, da educação. Apesar de sua derrota parlamentar, ainda possui suas redes sociais atualizadas diariamente e reforçando seu posicionamento de ataque aos pensamentos de esquerda.

Sua articulação nas redes sociais e em todos os projetos de lei que fundamentou não corresponde à proposta apartidária e apolítica que apresenta, assim como esse discurso não se sustentou em 2013 nas jornadas de junho. Frigotto pontua que

Ao pôr entre aspas o termo “sem” da denominação Escola sem Partido, quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.<sup>15</sup>

Portanto, compreende-se que esse argumento apolítico de combate a propaganda partidária em sala de aula é apenas uma camuflagem para se erradicar a dimensão educacional da escola e uma tentativa de legitimar a moral cristã-conservadora. Além disso, o ESP resgatou a paranoia anticomunista e a ameaça esquerdista, transformando-as em pautas centrais do seu discurso, as quais passam a se relacionar com o anti-petismo emergente no cenário pré-impeachment.

---

<sup>14</sup> TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola sem partido**: síndrome de uma educação autoritária. Curitiba: Appris, 2019, p.114.

<sup>15</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. As gêneses das teses do Escola sem Partido: esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, Uerj, 2017. p. 31.

### 3 AS BASES IDEOLÓGICAS CRISTÃS-CONSERVADORAS

O movimento Escola Sem Partido foi criado em 2004, pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib, diante de seu incômodo contra o professor de História de uma de suas filhas que teria comparado Che Guevara a São Francisco de Assis. Para difundir seus ideais de maneira organizada, Nagib criou um website em que diversos vídeos, textos, entrevistas e livros que fundamentam sua proposta ideológica. Nele, é possível encontrar a uma descrição de seu principal objetivo

(...) dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos<sup>16</sup>

A instrumentalização com fins ideológicos citada, embora não esteja descrita de maneira direta e objetiva no texto, diz respeito às temáticas de cunho social e crítico trabalhadas nas escolas, como movimentos sociais, questões relacionadas a gênero e sexualidade, contextos históricos de governos ditatoriais e fascistas, bem como a análise sociológica e histórica de práticas e políticas populares à esquerda. Esses elementos encontram-se evidentes na aba de perguntas e respostas do site, quando questionados sobre “o que há de errado em querer despertar a consciência crítica dos alunos?” e o ESP responde que

Não haveria nada de errado, se esse “despertar da consciência crítica” não consistisse apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes. Como se sabe, a visão crítica dos estudantes é direcionada sempre e invariavelmente para os mesmos alvos: a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a “burguesia”, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos, etc.<sup>17</sup>

Esse discurso não é forte e significativo no momento em que o ESP surge, em 2004. O próprio movimento não tem muita relevância neste período, Toni Reis evidencia que ele

veio a ganhar força principalmente a partir do debate acerca de ‘ideologia de gênero’ e diversidade sexual ocorrido sobre os Planos de Educação, sobretudo em 2014 e 2015, passando a contar com o apoio de políticos de extrema direita ou de convicções religiosas fundamentalistas.<sup>18</sup>

Nesse sentido, é possível observar que outro elemento potencializa a discussão que não contempla mais apenas temáticas de cunho político, e passam, neste momento, a tangenciar questões sobre sexualidade e gênero, que ferem a moralidade cristã-conservadora.

<sup>16</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

<sup>17</sup> Ibidem. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

<sup>18</sup> REIS, Toni. In: Ação Educativa (Orgs). **A ideologia do movimento escola sem partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2020, p.29-42.

Dentre os grupos religiosos emergentes e responsáveis por impulsionar esse discurso moralista cristão, destacam-se os neopentecostais evangélicos e a Renovação Carismática Católica. Este grupo surge em 1967, nos Estados Unidos, pautado no pentecostalismo e inscrito na linha da Nova Evangelização da Igreja, defendida e difundida pelo papa João Paulo II, visando combater os avanços evangélicos. Embora seja um movimento expansivo no Brasil e no mundo, Evandra Grigoletto afirma que

A Renovação Carismática não traz nada de novo à Igreja em termos de realidade teológica. A Igreja não possui agora, devido à Renovação Carismática, algo que não possuía antes. Contudo, a Renovação Carismática leva o indivíduo a uma tomada de consciência mais profunda de suas emoções, o que afeta a experiência religiosa e toda a vida da Igreja e isso é renovação.<sup>19</sup>

O apelo emocional e subjetivo é uma articulação que surge com o objetivo de atrair e cativar novos fiéis, não apenas pelo movimento católico, mas também pelos evangélicos. Ainda de acordo com Grigoletto, a forma de atuação desses dois segmentos cristãos é próxima, enquanto prezam por uma catarse coletiva, promovem momentos de concentração coletiva, fazem uso dos meios de comunicação de massa e pregam a valorização do princípio pentecostal – os dons particulares do Espírito Santo. Desse modo, o discurso assume um importante papel na popularização dessas crenças, recorrendo à valorização de uma posição que preconiza um sujeito dominador, isto é, na Igreja Católica é o padre, e em organizações neopentecostais, o pastor assume esse posto, visando controlar suas redes de seguidores.

O pentecostalismo se estabelece, no Brasil, no início do século XX, com a chegada da Igreja Congregação Cristã no Brasil e, posteriormente, com a Assembleia de Deus, a primeira em 1910 e a segunda em 1911. São essas duas igrejas que representam a primeira onda do pentecostalismo no Brasil e são consideradas reprodutoras da tipologia clássica norte-americana. Em seguida, na década de 1950, a chegada da Igreja Deus É Amor, juntamente à igreja do Evangelho Quadrangular e à Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, marca uma ruptura - o pentecostalismo assume um caráter mais urbano, sob um contexto majoritariamente paulista, caracteriza-se, assim, sua segunda onda.

A terceira onda é marcada pela Igreja Universal do Reino de Deus, do pastor Edir Macedo, fundada em 1977, no Rio de Janeiro, já com caráter neopentecostal - sofrendo significativa expansão em meados da década de 1990, momento em que o movimento se populariza nas periferias da cidade, em diferentes configurações. Nesse contexto surge também

---

<sup>19</sup> GRIGOLETTO, Evandra. **Sob o rótulo do novo, a presença do velho**: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da Renovação Carismática. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 35.

a Igreja Internacional da Graça de Deus, em 1980, fundada pelo missionário Romildo Ribeiro Soares.

Nesse sentido, é importante destacar que as igrejas neopentecostais se aproveitaram dos avanços neoliberais na economia e na política brasileira, articulando a severa exploração das classes trabalhadoras com a comunicação em massa – que visava a cura de doenças, praticavam exorcismo e alimentavam - promessas de progresso financeiro. Maria Córtez elucida esses aspectos ao pontuar que

As políticas neoliberais impunham processos de precarização, e os sujeitos periféricos, por meio da sua própria agência – uma agência dos governados – encontravam soluções para a precarização, o que produzia, em última instância, uma defesa do mercado, ainda na forma inaudita de um mercado pentecostal da ‘ralé’.<sup>20</sup>

Esse modelo de comunicação é denominado evangelismo de massa, encontra-se centrado na mensagem da cura divina e foi difundida especialmente por meio do rádio, após a década de 1950, de revistas, jornais, folhetos e literatura, bem como a ocupação de espaços públicos com tendas em prol da divulgação da doutrina evangélica. Ricardo Mariano explica que os grupos religiosos utilizam como estratégia mensagens sedutoras e métodos inovadores e eficientes que atraem, além de fiéis e pastores de outras vertentes evangélicas, inúmeras pessoas de estratos mais pobres e vulneráveis da população. Nesse ínterim, Carolyne Lemos afirma que, nesta doutrina,

A manifestação da fé e devoção divina são claramente substituídas por prósperos empreendimentos. A ânsia dos responsáveis pela disseminação dos ideais da teologia da prosperidade está no plano do desejo incomensurável de arrastar o maior contingente possível de seguidores.<sup>21</sup>

Nesse sentido, a teologia da prosperidade opera enquanto doutrina em parte significativa das igrejas neopentecostais, sob a promessa de prosperidade material, poder terreno e redenção da pobreza, isto é, utilizam a fé em Deus como meio de se obter saúde, riqueza, felicidade e sucesso, aponta Mariano. Ao retomar as diferenças entre pentecostais e neopentecostais, é evidente que essa doutrina não os atinge de uma mesma maneira, Lemos explica que

Os pentecostais, embora não atribuam elogios à condição de pobreza, diferenciam-se dos neopentecostais, por não decretarem retornos imediatos com a força da fé e da palavra, mas por acreditarem na redenção no plano do Reino dos Céus. Em dados casos, o contraste entre a crença do fiel e a realidade apresentada acaba por abalar a fé do seguidor neopentecostal, o que pode desprender das lideranças religiosas a justificativa baseada na escassez de fé do seguidor; o fracasso pessoal é atribuído única e exclusivamente ao indivíduo de pouca fé, que não sabe exercer sua posse de

---

<sup>20</sup> CÔRTEZ, M. A REVOLTA DOS BASTARDOS: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021025, 2021. p.4.

<sup>21</sup> LEMOS, Carolyne. Teologia Da Prosperidade E Sua Expansão Pelo Mundo. **REVELETEO - Revista Eletrônica Espaço Teológico**. ISSN 2177-952x, v. 11, n. 20, 2017, p.2.

bênçãos, que não consegue associar a espiritualidade com benesses materiais, felicidade e boas condições de saúde, e que, portanto, não merece a salvação.<sup>22</sup>

No entanto, o historiador João Cezar de Castro Rocha, no episódio 109 do podcast Pauta Pública<sup>23</sup>, explica as dimensões religiosas no discurso de extrema-direita bolsonarista, assim como as modificações na doutrina teológica neopentecostal, que passa a atuar sob a teologia do domínio. Segundo ele, esta tem sido utilizada nos discursos de políticos de direita que defendem o fim do estado laico, foi desenvolvida nos Estados Unidos e, recentemente, adotada no Brasil, sendo a base doutrinária de várias igrejas, como a Lagoinha.

De acordo com Eliseu Pereira, “o termo “domínio” deriva da interpretação particular de Gênesis 1.28 – “dominai a terra” – aplicando-a, não ao ser humano em geral, mas, restritivamente, aos cristãos, como os únicos capazes de cumprir tal mandato”<sup>24</sup>. Desse modo, aqueles que acreditam nessa doutrina possuem como propósito o cumprimento da predestinação em ocupar os cargos de comando e de poder no mundo e incidir na vida pública. Pereira, ainda, elucida que

As igrejas neopentecostais, como a IURD, absorveram as doutrinas da prosperidade, da guerra espiritual e do domínio. Junto a isso, adotaram estilo moderno de administração, novas estratégias de acesso às mídias e à política e, assim, emularam mudanças de comportamento nas demais igrejas brasi-leiras, o que as transforma em propagadoras do novo *ethos* evangélico. Isso pode ser observado, por exemplo, na quantidade de literatura teológica e re-ligiosa importada dos EUA, pela presença constante de organizações e even-tos religiosos (Jocum, *Capitol Ministries*, *Global Leadership Summit*, *The Send* etc.), pelas redes apostólicas, que vinculam igrejas brasileiras a apóstolos es-trangeiros. Essas crenças e práticas dominionistas prepararam o ambiente evangélico para a adesão ao Governo Bolsonaro.<sup>25</sup>

Essa junção entre religião e política tem impactado significativamente nos resultados das últimas eleições, mais evidentemente a partir de 2014, momento em que o movimento conservador ganha maior capilaridade contra o reconhecimento da diversidade sexual nos planos decenais de educação<sup>26</sup>. Consequentemente, as ações políticas propostas são carregadas de significados, algumas vezes mais velados, outras vezes mais evidentes, que são resultados dessas doutrinas e no mecanismo de expansão do conservadorismo religioso neopentecostal e

---

<sup>22</sup> Ibidem, 2017, p. 10.

<sup>23</sup> PAUTA PÚBLICA 109: Bolsonarismo é uma distopia teocrática?.Entrevistado: João Cezar de Castro Rocha. Entrevistadores: Andrea DiP; Clarissa Levy. [S.I]: Agência Pública, 01 mar. 2024. **Podcast**. Disponível em: <[https://apublica.org/podcast/2024/03/podcast-pauta-publica/bolsonarismo-e-uma-distopia-teocratica-com-joao-cezar-de-castro-rocha/#\\_](https://apublica.org/podcast/2024/03/podcast-pauta-publica/bolsonarismo-e-uma-distopia-teocratica-com-joao-cezar-de-castro-rocha/#_)>. Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>24</sup> PEREIRA, E. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 76, 2023, p. 150-151.

<sup>25</sup> Ibidem, 2023, p. 162

<sup>26</sup> XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In: Ação Educativa (Orgs). **A ideologia do movimento escola sem partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2020, p. 50-51.

carismático. Rocha, em seu livro *Bolsonarismo: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico*, apresenta o conceito de guerra cultural, enquanto uma matriz de produção massiva de narrativas polarizadas com objetivo de acentuar a radicalização de inimigos imaginários, sempre associando a ação política à dinâmica das redes sociais, produzindo um novo sistema representativo a partir do engajamento no meio digital<sup>27</sup>.

Assim, Rocha reitera que o objetivo da translação do engajamento digital para a esfera pública é a despolitização da pólis, visando uma desordem completa da política para que o fundamentalismo da extrema-direita seja o primeiro a propor e agir com uma nova organização para o caos. Em um livro anterior, ainda em análise sobre o bolsonarismo, o autor compreende a guerra cultural como uma temática

transnacional e meta-histórica, envolvendo um conjunto considerável de referências teóricas produzidas em muitos idiomas, assim como uma série de práticas políticas mimetizadas em latitudes as mais diversas, especialmente eficazes no universo das redes sociais. De fato, um número crescente de estudos associa com agudeza o contexto local à cena internacional, numa abordagem comparativa de grande interesse. Este não é, contudo, meu propósito. Concentro-me deliberadamente na cena brasileira. E, nessa cena restrita, privilegio o estudo da mentalidade bolsonarista, a fim de trazer à baila aspectos relacionados à história da ditadura militar e à articulação de um movimento, inicialmente subterrâneo, de reorganização da direita brasileira a partir de meados da década de 1980. Movimento que, na década de 2010, foi associado com incomum êxito à onda conservadora, especialmente no tocante a temas relacionados à educação sexual.<sup>28</sup>

Outro importante aspecto a ser discutido, tangencia as estratégias utilizadas por esses dois grupos religiosos e o movimento Escola sem Partido ao considerar os avanços tecnológicos ocorridos no século XXI e a importância das redes sociais para a ampliação e fomentação de comunicação com grandes públicos. Betty Espinosa e Felipe Queiroz<sup>29</sup> discorrem sobre as inspirações organizativas do movimento, advindas, principalmente, dos Estados Unidos, bem como as suas estratégias de divulgação. Isto é, tanto o movimento brasileiro quanto outros grupos conservadores em disputa pela educação no exterior se articulam de maneira comum – ampliando e alimentando, com frequência, seus websites, e realizando divulgações em massa em redes sociais populares de determinado período, como *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e *Twitter*.

---

<sup>27</sup> ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. São Paulo: Autêntica, 2023.

<sup>28</sup> ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021, p. 12.

<sup>29</sup> ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, Uerj, 2017.

Ainda no que diz respeito à análise do discurso produzido por esses grupos, é possível assegurar que esse fenômeno político conservador e religioso não é um objeto de estudo de interesse apenas à História, visto que as Ciências Sociais e Políticas, a Filosofia e a Psicologia têm produzidos interessantes estudos que contribuem para a compreensão da temática. Essa última, em especial, destaca-se pela tentativa de assimilar o efeito psicológico que, em certa medida, busca compreender os avanços do conservadorismo.

Cláudia Helena Moura e Pedro Fernando da Silva articulam estudos sobre as técnicas psicológicas utilizadas pelo fascismo americano e alemão, nas décadas de 1930 e 1940, que, por vezes, se apropriaram do apelo religioso para construir sua legitimidade e se relacionam com as estratégias discursivas do Escola Sem Partido. Dessa maneira, identificam similaridades com outros momentos históricos, em que a ascensão de grupos conservadores implicou e resultou na propagação de um autoritarismo dos costumes, regidos por um ideal de liberdade individual e, muitas vezes, antidemocrático. Os autores evidenciam que o cerne problemático da proposta do projeto encontra-se na

(...) disseminação de discursos religiosos na escola. Em vez de priorizar o esclarecimento e a formação cultural necessários para formação de indivíduos capazes de conviver com orientações que são diversas das suas, o que poderia resultar em uma contraposição à barbárie nazista outrora produzida pelo Terceiro Reich, a educação exclusivamente orientada pelo interesse moral de famílias, educadores e políticos conservadores não pode promover a reflexão necessária, pois permanece presa à repetição dogmática de princípios alheios à realidade social e às suas contradições.<sup>30</sup>

A proximidade e a correlação entre as práticas discursivas em diferentes governos autoritários, desde o nazismo alemão ao bolsonarismo brasileiro, corroboram para um importante alerta na sociedade – a nocividade do ódio ao diferente. O ESP, embora não se autodenomine um movimento de caráter religioso, tem uma grande legião de seguidores e defensores atrelados às igrejas de linhagem neopentecostal e carismática, tanto como líderes nesses espaços, quanto como fiéis. Assim, é possível compreender que o avanço do fundamentalismo religioso contribuiu para a emergência do Escola sem Partido em um momento político também conservador.

Esse processo demonstra-se ainda ter impacto na sociedade brasileira devido ao apelo popular desse discurso moralizante, mesmo após o insucesso dos diversos projetos de lei na esfera jurídica. Nesse sentido, a defesa por uma educação mediada apenas pela família e pela religião apresenta-se como característica comum nos discursos tanto de políticos à direita,

---

<sup>30</sup> MOURA, C. H. G.; SILVA, P. F. DA. Escola sem Partido e Conservadorismo Moral: Instrumentalização da Religião, Sexualidade e Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e250951, 2023, p. 8-9.

quanto de religiosos, cabendo ao professor o papel de apenas qualificar os estudantes academicamente ou, em uma perspectiva neoliberal, para o mercado de trabalho, de modo a retirar do ambiente escolar o caráter crítico, de debate e de aprendizado para a vida.

Maria Virgínia de Freitas complementa essa reflexão com um importante debate sobre como o ESP realiza propostas para o ensino Fundamental e Médio sem fazer qualquer tipo de distinção entre os níveis de ensino, sem considerar suas especificidades e características. A autora reforça que

Ao fazer isso, vai na contramão dos avanços na compreensão de que as políticas educacionais precisam partir do reconhecimento das especificidades de cada ciclo de vida. Ao ignorar que o Ensino Médio se constitui como educação de jovens, termina por impedir que essa escola realmente atenda suas demandas e necessidades.<sup>31</sup>

Remover a criticidade e até mesmo alguns conteúdos do debate em sala de aula, a fim de minimizar conflito com as famílias conservadoras, é limitar a potencialidade da educação. Principalmente ao considerar o contexto do Ensino Médio, em que alguns estudantes já almejam se preparar para o ingresso na universidade e precisam se organizar para vestibulares e demais processos seletivos, que vão demandar habilidades de articulação crítica desse aluno. Em sintonia a esse processo de disputas pelos conteúdos, a reforma do Novo Ensino Médio também visa destruir uma educação democrática e de qualidade, retirando os conteúdos regulares das disciplinas ao implementar itinerários formativos que não formam e nem agregam na realidade material da juventude, especialmente em escolas públicas.

Retomo a discussão realizada acima sobre as comparações entre o discurso do movimento ESP e de governos fascistas ao observar a quem interessa esse tipo de projeto de escola neutra. Denise Carreira explica que o movimento é

composto por grupos e pessoas que são contrárias ao enfrentamento das profundas desigualdades no Brasil. São contrários ao cumprimento da Constituição Brasileira e da legislação educacional no país. São contrários à noção de que a educação de qualidade é um direito humano de todas as pessoas e não somente de uma parcela da sociedade.<sup>32</sup>

A premissa moral, dos bons costumes e do cidadão de bem parte do ódio – o ódio ao diferente e ao combate às desigualdades sociais. Consequentemente, essa posição possibilita a

---

<sup>31</sup>FREITAS, Maria Virgínia. Jovens, Escola Democrática e Proposta do “Escola sem Partido” In: Ação Educativa (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

<sup>32</sup>CARREIRA, Denise. No chão da escola: Conversando com famílias e profissionais da educação sobre o Escola Sem Partido. In: Ação Educativa (Orgs). **A ideologia do movimento escola sem partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2020, p. 127-128.

manutenção de uma rede de poder e dominação, nas famílias tradicionais, nas igrejas e, também, na política.

Assim, uma escola sem propósitos bem definidos, sem vislumbrar a construção de uma sociedade mais justa, forma apenas uma massa de indivíduos que aceitam, indiferentemente, políticas antissociais, evidencia Moacir Gadotti. Nesse sentido, o autor evidencia uma problemática,

Tivemos muitas conquistas nessas últimas décadas, mas, no campo da educação, não conseguimos construir uma cultura democrática, de solidariedade, de companheirismo e de compromisso com a transformação social. Entendemos que houve um sério descuido com a formação política e isso abriu espaço para o que estamos presenciando nesses anos mais recentes: a manipulação que incute a intolerância e o ódio.<sup>33</sup>

O resultado desse processo é a perseguição ao corpo docente e aos conteúdos ministrados, de modo a construir a imagem do professor como vilã, doutrinadora e maléfica.

No perfil oficial do *Instagram* do ESP, administrada ainda pelo advogado Miguel Nagib no momento em que este trabalho é escrito, em que é possível encontrar um importante documento a ser analisado – o termo de objeção de consciência. Este documento tem por objetivo orientar as famílias, com um deturpado respaldo legal, que forem contrárias a participação do filho em

toda e qualquer atividade escolar que, a pretexto de promover o estudo da cultura ‘afro-brasileira’ (conforme o disposto no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), tenha por objeto a temática “religião ou religiões de matriz africana”. A presente OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA tem a finalidade de resguardar a liberdade religiosa e a integridade psíquica e moral do meu filho — asseguradas, respectivamente, pelos artigos, 5º e VI, da Constituição, e 17 do ECA —, e o meu direito a que ele receba a educação religiosa que esteja de acordo com as minhas convicções (Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 12, IV). Diante desta manifestação, a escola deverá providenciar, nos termos do inciso VIII do artigo 5º da Constituição, atividade escolar alternativa, em grau de dificuldade equivalente, a fim de que meu filho não sofra nenhum prejuízo em seu aprendizado e em suas notas. Certo(a) de que Vossa Senhoria tudo fará para que a presente manifestação de vontade seja respeitada e para que meu filho não sofra nenhum tipo de retaliação em virtude desta iniciativa, subscrevo-me (...).<sup>34</sup>

Inúmeros problemas podem ser observados nesse documento. Em primeiro lugar, o incentivo ao descumprimento da Lei 10.639/2003, que estabelece a inclusão e a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, em um país que reproduz sistematicamente o racismo estrutural no cotidiano e na educação, por meio do

---

<sup>33</sup> GADOTTI, Moacir. A Escola Cidadã Frente ao “Escola Sem Partido”. In: Ação Educativa (Orgs). **A ideologia do movimento escola sem partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, p. 127-8.

<sup>34</sup> Ver: <<https://drive.google.com/file/d/1huEDQui05X51eLOILQyXTPy87pLJFnXA/view>>. Documento anexado p. 44.

apagamento das narrativas protagonizadas pelas populações pretas na História. Se posicionar abertamente contrário a uma tentativa de reconhecimento e de pertencimento desse povo é, no mínimo, criminoso. Além disso, quando pontuado sobre o desinteresse acerca de religiões de matrizes africanas, também estão perpetuando intolerância religiosa.

Portanto, não são apenas temas considerados “sensíveis” que são perseguidos pelo movimento e seus seguidores, tudo aquilo que diverge da norma cristã – evidentemente reforçada nesse documento – é repudiado, atacado e censurado. Toda tentativa de legitimar o projeto como não-ideológico e apartidário torna-se inconsistente a partir da análise documental produzida oficialmente pelo próprio ESP. Observa-se, portanto, uma tentativa de destruir qualquer possibilidade de existência de uma escola livre, democrática e cidadã, aberta ao diálogo e à pluralidade de ideias. O Escola sem Partido propõe a máxima expressão do capitalismo na educação, uma instituição conservadora, aos moldes neoliberais, puramente tradicional, sem diversidade, com um único objetivo: formar uma massa de sujeitos que não tem interesse em questionar as estruturas de poder.

#### 4 DISPUTA JURÍDICA E IDEOLÓGICA

Este terceiro capítulo pretende articular toda a discussão realizada anteriormente a respeito das disputas cristãs-conservadoras na política e na educação brasileira por meio das tentativas de implementação do Escola sem Partido no âmbito legislativo. Para isso, faz-se uso do website resultante da dissertação de mestrado profissional da professora Fernanda Moura, intitulada “Escola Sem Partido: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história”<sup>35</sup>. Este site possui um acervo que visa acompanhar, registrar e salvar os projetos relacionados e semelhantes ao Escola Sem Partido que ameaçam e censuram a educação.

Em razão do recorte estabelecido nesta pesquisa, foram selecionados os projetos de lei submetidos ao Congresso Nacional e discutem, exclusivamente, o Escola Sem Partido. Desse modo, a análise busca compreender o que foi proposto em escala nacional e quais pretextos foram mobilizados nesses documentos. Isto posto, os projetos de lei selecionados foram o nº 7180/2014; nº 7181/2014; nº 867/2015; nº 10659/2018; nº 9957/2018; nº 246/2019 e a PEC 435/2014.

Significativa parte dessas propostas incide na alteração de um regimento maior – a Lei 9.394, de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em especial, no artigo 3º, uma vez que pontua, dentre outras coisas, a garantia que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; II – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; III- respeito à liberdade e apreço à tolerância”<sup>36</sup>.

Em ordem cronológica, os dois primeiros a serem estudados são propostos por um mesmo deputado, Erivelton Santana, à época filiado ao Partido Social Cristão (PSC), - pastor evangélico associado à Assembleia de Deus. Esses projetos são debatidos em um contexto conservador favorável, pois estavam diante de muitas intervenções e inferências sobre a palavra “gênero” ser ou não incluída no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2015.

Em seu primeiro projeto, de número 7180/2014, Santana propõe uma alteração no artigo terceiro da LDB, estabelecendo no inciso oitavo, o

---

<sup>35</sup> MOURA, Fernanda Pereira de. “**ESCOLA SEM PARTIDO**”: **Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História**. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

<sup>36</sup> BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.<sup>37</sup>

A justificativa do PL pauta-se na Convenção Americana de Direitos Humanos, estabelecida por meio do Pacto de San José da Costa Rica, de 1969, ratificada pelo governo brasileiro em 1992. No entanto, utiliza apenas o recorte sobre liberdade de consciência e religiosa, presente no inciso quarto do artigo 12, em que se lê “os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”<sup>38</sup>.

Esta premissa, de fato, ocorre na prática. Afinal, a família é a responsável primeira pela educação religiosa e moral da criança. Porém, é evidente e recorrente encontrar nos projetos certa confusão sobre o papel da escola, em uma tentativa de culpá-la por algo que não a compete, tampouco está previsto nos documentos curriculares oficiais. Ainda, Santana insiste ao pontuar em nome de um grupo – os defensores e simpatizantes do Escola sem Partido que

Somos da opinião de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros.<sup>39</sup>

Em seu projeto seguinte, o deputado apenas acrescenta uma disposição sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal, de modo a incorporá-lo ao ordenamento jurídico da educação, sob a mesma premissa que a escola não pode tangenciar os valores morais, sexuais e religiosos particulares a cada família. O objetivo do deputado é recorrer ao previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), outorgados em 1998, correspondentes ao terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental, visto que são estabelecidos como objetivos gerais dessa etapa que todas as disciplinas contemplem questões referentes à ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo, como pode ser observado abaixo.

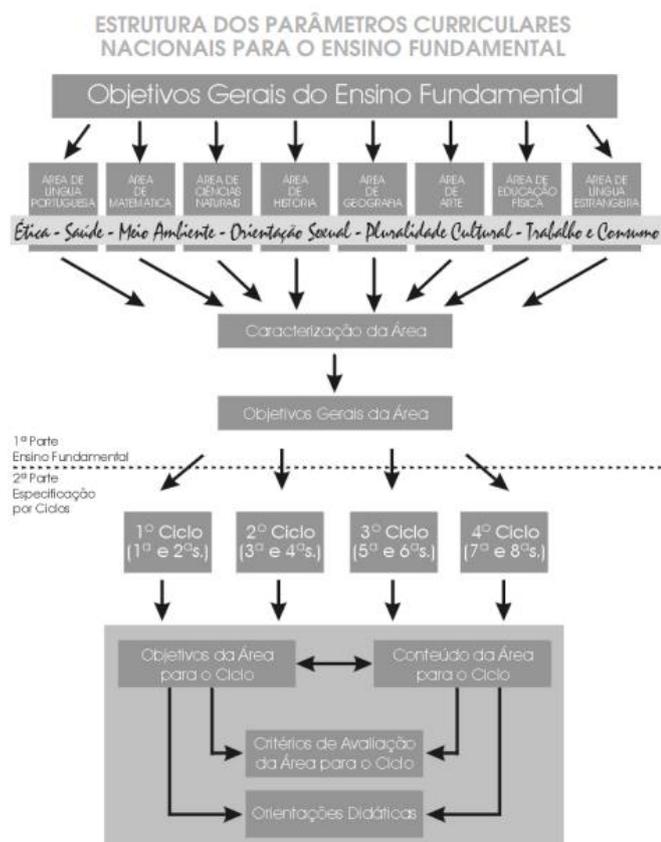
FIGURA 01:Objetivos Gerais do Ensino Fundamental nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

---

<sup>37</sup> BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 7180/2014**. 2014.

<sup>38</sup> Organização dos Estados Americanos. Convenção Americana de Direitos Humanos. **Pacto de San José de Costa Rica**. 1969.

<sup>39</sup> Ibidem, 1969.



Fonte: Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998.

Os PCN's são documentos referenciais de orientação para as escolas, ou seja, não assumem caráter obrigatório, mas sim prescritivo, se estabelecem como princípios gerais do ensino-aprendizagem. O PL 7181/2014 sugere que, após a retirada dessas temáticas transversais as disciplinas obrigatórias, sem qualquer tipo de inferência nas crenças particulares de cada família, este documento se torne uma lei obrigatória. Ao estabelecer essa condição para sua obrigatoriedade, torna-se evidente a intenção de Santana: cercar os conteúdos curriculares nas escolas de ensino básico, visto que não há, no PL, outra justificativa sobre a importância de mais um documento regente sobre os currículos educacionais.

Ainda, Santana realiza uma Proposta de Emenda à Constituição Federal, a PEC 435/2014, em que sugere uma alteração na redação do artigo 210 desse documento, estabelecendo que, a cada dez anos, a lei fixará conteúdos mínimos para a educação básica e superior, de modo a proibir a aplicação da transversalidade ou técnicas subliminares no ensino de matéria moral, ou orientação religiosa. Apresenta, na proposta, a orientação

que, no desenvolvimento desses currículos, sejam ressaltados os valores, princípios e convicções familiares do próprio aluno e de seus pais ou responsáveis, de modo que os ensinamentos escolares não substituam nem concorram com a orientação moral e religiosa recebidas no âmbito familiar.<sup>40</sup>

O artigo 210 da Constituição Federal prevê que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Ao pontuar a alteração na redação deste item, o deputado atua em contradição ao artigo 206 da CF, que rege os princípios do ensino, especialmente o segundo e o terceiro tópico “II–liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”<sup>41</sup>.

O próximo PL a ser analisado é o número 867/2015, que prevê, de fato, a inclusão do Programa Escola sem Partido às diretrizes e bases da educação nacional. É proposto pelo deputado federal Izalci Lucas Ferreira, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e visa que a educação nacional atenda aos princípios de neutralidade política, ideológica e religiosa, promova a liberdade de aprender e crer, reconhecer a “vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado” e estabelece o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Este mesmo projeto, dispõe em seu artigo terceiro a proibição da “veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”, evidenciando o cerceamento de assuntos a serem trabalhados em sala de aula e, conseqüentemente, fomentando a perseguição e denúncia contra professores. Além disso, em seu artigo quarto, estabelece os “deveres do professor” que devem ser seguidos, de modo a respaldar as possíveis acusações referentes ao tema de uma aula, os itens enumerados do PL podem também ser encontrados no site oficial do movimento.

FIGURA 02: Deveres do professor/Escola Sem Partido.

---

<sup>40</sup> BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n.435/2014. 2014.

<sup>41</sup> BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.



FONTE: Site oficial do movimento Escola Sem Partido<sup>42</sup>

O projeto também prevê a impressão e afixação deste cartaz nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, “com, no mínimo, 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas”. Telma Rocha e Cleyton Brandão evidenciam que os PL’s 7.180/2014 e o 867/2015

(...) se complementam, visam delimitar o trabalho docente em sala de aula, além de interferir nos temas que devem ou não ser ensinados, submetendo-os às convicções de seus respectivos pais e/ou responsáveis. Isto é, se um deles (as), por exemplo, não acreditar nos estudos relativos à origem da vida derivada do evolucionismo, tal tema não deverá ser um conteúdo curricular trabalhado na escola.<sup>43</sup>

Nesse ínterim, Karina Mottin, ao analisar os discursos de parlamentares contrários ao termo “ideologia de gênero” nos currículos escolares do estado do Paraná, pontua que o

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://escolasempartido.org/blog/deveres-do-professor/>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

<sup>43</sup> ROCHA, Telma B., BRANDÃO, Cleyton W. Discursos de ódio contra professores(as) como ressonância do Escola sem Partido: Entreve à escola laica e à autonomia docente. In: Orgs.) MACEDO, Roberto S. **Tomar Partido da Escola e dos seus Educadores**: do escárnio político da escola sem partido à dignidade da escola autorizante. Salvador: Edefba, 2021.p. 46-47.

principal argumento apresentado pauta-se “na afirmação do direito que a família tem de educar as crianças da maneira como entendem que é o melhor para elas”<sup>44</sup>. Ou seja, cabe à família educar e à escola apenas “ensinar” os conteúdos, da maneira mais objetiva possível. Embora o contexto de análise de Mottin esteja em um recorte estadual, é possível perceber o alinhamento ideológico entre os políticos evangélicos no Brasil, especialmente no que diz respeito ao Escola Sem Partido.

Reitera-se, ainda, nas propostas do PL 867/2015 que “as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes, material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados”<sup>45</sup>. Esse ponto reforça a perseguição contra os conteúdos e os professores, que muitas vezes serão responsabilizados pelas discordâncias que possam ocorrer em sala de aula. Além disso, essa censura também potencializa ações como a utilização de celulares para gravação de aulas e exposição não autorizada da imagem do professor.

Em dezembro de 2018 os PL’s foram arquivados nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O artigo 105 enuncia que “finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles”<sup>46</sup>. No entanto, as disputas no meio jurídico não foram encerradas com esse arquivamento. Ao endossar - os aspectos comentados acima, no que diz respeito ao cerceamento de conteúdos curriculares e censura à atividade docente, a deputada federal Bia Kicis, filiada ao Partido Liberal (PL), reescreve um novo projeto apensado no Escola Sem Partido e no PL 867/2015.

Neste novo texto, há algumas modificações, como a implementação do

direito dos estudantes e dos pais de gravar as aulas, caso a escola não o faça ou não disponibilize as gravações. Trata-se de direito que decorre do art. 206, VII, da Constituição – que assegura, entre os princípios com base nos quais o ensino será ministrado, a “garantia de padrão de qualidade” – o que implica necessariamente, para os pais, o direito de conhecer e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas escolas

---

<sup>44</sup> MOTTIN, Karina. Relações Entre Política e Religião na Defesa de Uma Educação “Neutra”. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, 6 jul. 2020, p.145.

<sup>45</sup> BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n.867/2015**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015)>.

<sup>46</sup> BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 2023. p.63.

–; e do art. 53, parágrafo único, do ECA, que reconhece aos pais o direito de ter ciência do processo pedagógico vivenciado por seus filhos.<sup>47</sup>

A disputa pela atenção, concentração e linguagem contra o celular é um recorrente problema nas salas de aula da educação básica. Ao permitir a gravação das aulas, surge uma preocupação significativa: a possibilidade de as falas dos professores serem descontextualizadas, manipuladas e distorcidas, acarretando repercussões graves para o corpo docente. Sobretudo, essa ação viola o princípio da liberdade de cátedra e os direitos autorais e de imagem dos educadores.

Ademais, o projeto de Kicis prevê, em seu artigo segundo, que “O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. A limitação desses conteúdos sobre saúde sexual, sexualidade e questões de gênero já se encontram restritos em muitas escolas devido a disputa ideológica e a transformação dessas temáticas em objetos sensíveis, o que corrobora com o aumento das violências contra a mulher, de doenças e infecções sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e outras.

Nesse sentido, o PL estabelece de maneira clara e objetiva seu público-alvo: as escolas públicas. A construção de uma juventude sem acesso à informação e à criticidade é de sumo interesse dos políticos de direita que dialogam com os discursos apresentados anteriormente neste trabalho. É importante para esses personagens que a população brasileira aceite e defenda o projeto social, econômico e político que visa aumentar as desigualdades.

Este argumento é fundamentado pelo artigo oitavo do PL, que prevê a vedação aos grêmios estudantis a promoção de atividades político-partidária. Essas organizações são os principais mecanismos de representação estudantil na educação básica, que estimula a autonomia, a criticidade e a promoção de propostas de melhorias para o ambiente e o convívio escolar. Além disso, é um espaço que permite o início da organização de juventudes, partidária ou não, mas que também é fundamental na luta pela defesa dos direitos estudantis.

Assim, não é conveniente aos políticos e apoiadores do Escola Sem Partido, alinhados à direita, que juventudes de esquerda sejam organizadas no ambiente escolar, questionando as propostas que minam e desmontam a educação brasileira. A recusa por mobilizações nas escolas também é endossada no artigo terceiro do projeto, pois propõe a vedação do “uso de técnicas de manipulação psicológica destinadas a obter a adesão dos alunos a determinada causa”.

---

<sup>47</sup> BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 246/2019**. 2019.

Embora a redação deste artigo contenha uma linguagem velada, sem apontar diretamente quem são os sujeitos que fazem uso dessas estratégias, fica subentendido que sejam os professores.

No entanto, seriam os alunos sujeitos passivos a este processo? Pois, se sim, por que o projeto proibiria a articulação política dos grêmios estudantis? E, se não, os professores detêm tanto poder persuasivo, a ponto de convencer toda uma turma sobre uma pauta, sem que nenhum estudante o questione? Essas perguntas apontam para uma consideração seguinte – os deputados que defendem esse projeto encontram-se muito distantes da realidade material e concreta da escola.

A sala de aula é um espaço de tensões e disputas constantes, porque, como explica Selva Guimarães, “o trabalho do professor produz e reproduz configurações curriculares no jogo de interações que envolvem, tensões, conflitos, concessões, vinculações e exclusões”<sup>48</sup>. A construção do conhecimento ocorre por meio dessa troca, fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, em que o estudante possui um papel ativo e atua enquanto interlocutor.

Essas discussões também se encontram presentes nos demais projetos, visto que todos os analisados possuem o ESP enquanto fundamento ideológico. Assim, em abril de 2018, o deputado federal Jhonatan de Jesus, filiado ao partido Republicanos, propõe o PL de nº 9957/2018 para acrescentar um novo artigo à LDB para coibir a doutrinação na escola. Novamente, o texto contempla os “deveres do professor” e retoma a discussão sobre os abusos ideológicos realizados pelas instituições escolares.

Um novo elemento observado neste PL, é que ele é um dos únicos que estabelece, com clareza, quais temáticas devem ser excluídas da sala de aula, sendo estas aquelas que

abrangem a formação de gênero, assuntos políticos, históricos, sociais, religiosos e outros. Com essas atitudes os conteúdos do currículo escolar vêm sendo desvirtuados, devendo ao aluno ter a liberdade e o direito de não ser, desde cedo, intelectualmente manipulado.<sup>49</sup>

Tal proposta apresenta lacunas inconclusivas, uma vez que, se retirados os assuntos políticos, sociais, religiosos e, sobretudo, históricos, o que restaria para a disciplina de História na educação básica? A perseguição às Ciências Humanas não é uma novidade e é evidente que esses projetos de lei fomentam essa ação. Especialmente a disciplina de História, que procura promover o reconhecimento dos estudantes como sujeitos históricos e com consciência

---

<sup>48</sup> FONSECA, Selva Guimarães. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 91, n. 228, p. 390-407, ago. 2010. P. 400. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812010000200007&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812010000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 abr. 2024.

<sup>49</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 9957/2018**. 2018.

histórica. Desse modo, essas propostas almejam uma educação que anula o ato de pensar e refletir sobre o passado, o presente e o futuro.

O último projeto de número 10659/2018, de autoria do deputado federal Delegado Waldir, à época filiado ao Partido Social Liberal (PSL), mantém uma estrutura muito próxima ao do PL 9957/2018. Estabelece, portanto, uma alteração na LDB para proibir a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas. Este último tema recebe grande destaque na justificativa a medida em que Waldir pontua que, nos últimos anos, uma série de ações contrárias aos valores éticos e sociais da família têm sido realizadas, tendo partido do rádio para a televisão e das páginas da internet para as escolas.

O deputado ressalta a existência de uma tentativa em substituir os princípios éticos, morais e religiosos por concepções ideológicas partidárias. Isso evoca a discussão anteriormente abordada no segundo capítulo, onde os novos discursos conservadores, especialmente os de caráter religioso, procura impor a sua interpretação de mundo à legislação laica vigente. É relevante, nesse sentido, observar que, enquanto deputado, ele foi membro da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana<sup>50</sup>.

A Teologia do Domínio surge no meio neopentecostal evangélico, no entanto, as estratégias de ampliação e divulgação das doutrinas é uma característica do fundamentalismo religioso no Brasil. Essa articulação encontra-se presente neste PL, especialmente quando pontuado que

Não se pode aceitar a pretendida institucionalização da defesa da agenda da ideologia de gênero em detrimento dos valores éticos e sociais da família. A partir do momento em que o Estado escolhe defender valores de certos grupos e desprezar o modo de vida da maioria das famílias brasileiras, há desequilíbrio no processo natural da evolução das ideais em nossa sociedade<sup>51</sup>.

Para além da ausência de dados e embasamento ao alegar que o Estado negligencia o modo de vida da maioria das famílias brasileiras, é essencial compreender o modelo de família ao qual o deputado alude: um paradigma heteronormativo e de orientação cristã, desde que seja católica ou evangélica. Novamente, tanto os projetos quanto os discursos convergem para uma aversão à diversidade e um profundo interesse em transformar essa convicção como legislação estatal.

---

<sup>50</sup> Ver também: <<https://www.camara.leg.br/deputados/164359>>. O deputado foi membro da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana desde 31/05/2019 ao final de seu mandato.

<sup>51</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 10659/2018**. 2018.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apresentadas neste trabalho, é válido destacar que os grupos religiosos citados, os evangélicos neopentecostais e católicos alinhados à RCC, não compõem uma unidade ideológica coesa. Existem inúmeras contradições e divergências entre membros e seguidores dessas vertentes. No entanto, o objeto analisado é, sobretudo, o mecanismo de atuação e persuasão desenvolvido e muito bem executado por essas correntes e seus representantes. Diante disso, foi possível analisar que a conjuntura política brasileira, marcada pelos desgastes da conciliação de classes dos governos petistas e pela ascensão da direita conservadora após 2013, possibilitam que o discurso moral e dos bons costumes passa a ser contemplado pelo debate público político.

Nesse contexto, o Escola Sem Partido ganhou força popular e inúmeros projetos de lei foram propostos em escala nacional, estadual e municipal, visando se instituir uma educação, supostamente neutra. No entanto, após as análises dos PL's e dos materiais publicados nos canais oficiais de comunicação do ESP, foi possível verificar que não há neutralidade nessa proposta. Há ódio contra a diversidade e temáticas sociais, contra professores e contra a laicidade do Estado. Além disso, o discurso veiculado pelo movimento reitera um significativo posicionamento contrário à plena execução da Lei 10.639/2003, com alegações amplamente racistas, como no Termo de Objeção de Consciência disponível nas redes sociais do ESP ainda em 2024.

Embora os projetos de lei não tenham obtido sucesso na escala jurídica, é possível observar o sucesso do Escola Sem Partido enquanto projeto cultural. Destaco como uma de suas principais consequências a Reforma do Novo Ensino Médio, que prevê uma diminuição significativa da carga horária das disciplinas de ciências humanas sob pretexto de autonomia discente. A Reforma é resultado das inúmeras práticas e políticas neoliberais, que apenas potencializam o abismo social entre instituições públicas e privadas.

Ademais, a disputa por uma escola que não discuta sobre questões de gênero, sexualidade, negritude e diversidades não cessou após a derrota dos projetos. Este ainda é um debate amplamente proposto por grande parte dos políticos de extrema-direita, sob a justificativa de proteção dos alunos contra os professores esquerdistas doutrinadores. Como pontuado anteriormente, a Teologia do Domínio se apresenta enquanto projeto de poder que anseia a submissão das diferentes estruturas sociais, especialmente a educação, diante da sua leitura particular de mundo e da religião.

Por esse motivo, o debate sobre o Escola Sem Partido ainda não se encontra esgotado. As disputas ideológicas pela educação encontram-se cada vez mais incisivas, especialmente ao considerar que o conservadorismo segue em expansão e fortalecido após a ascensão de Jair Bolsonaro. Esses embates recaem sobre o movimento de homeschooling<sup>52</sup>, a perseguição contra professores, projetos como Brasil Paralelo<sup>53</sup> e outros. É evidente o interesse de grupos políticos, pautados no moralismo cristão, em interferir e desmontar a educação brasileira.

Ainda que parte dos deputados proponentes dos projetos não estejam mais em exercício, novos personagens tem mobilizado a população brasileira em prol de ideais muito próximos ao que é idealizado pelo ESP, como Ana Caroline Campagnolo, Nikolas Ferreira, Damares Alves, Família Bolsonaro, Cristiano Caporezzo e outros. A popularização desses políticos via redes sociais ainda é algo pouco explorado pelas pesquisas em humanidades e tem demandado uma atenção cada vez mais urgente, especialmente diante dos últimos resultados eleitorais no país.

Portanto, as bases ideológicas que fundamentam o Escola Sem Partido continuam em crescimento no país, com o objetivo de cercear a liberdade de expressão dos educadores e censurar debates saudáveis acerca de questões sociais e políticas no espaço escolar. Retomo a epígrafe desta monografia, em que Gramsci<sup>54</sup> pontua que viver é tomar partido, não há neutralidade na política, na sociedade e na educação. Isso torna-se evidente na análise dos projetos, uma vez que eles reforçam, a cada proposta, que o conceito de isenção partidária é apenas resultado do discurso moral cristão-conservador em defesa dos bons costumes.

Além disso, é necessário reiterar o caráter crítico do ensino como pauta urgente, especialmente na disciplina de História, diante do contexto político brasileiro, que entre 2018 e 2022, experienciou um período de constantes ataques à democracia, à saúde e à educação pública - consequência dos avanços da extrema-direita e do fundamentalismo religioso. Tomar partido da escola é imprescindível.

---

<sup>52</sup> BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 1338/2022**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. 2022.

<sup>53</sup> SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”**: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

<sup>54</sup> GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

## 6 FONTES

- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 10659/2018**. 2018.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 246/2019**. 2019.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 7180/2014**. 2014.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 867/2015**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação o “Programa Escola sem Partido”. 2015.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 9957/2018**. 2018.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda à Constituição 435/2014**. 2014.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 1338/2022**. 2022.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 2023.
- CARREIRA, Denise; GADOTTI, Moacir. REIS, Toni. In: Ação Educativa (Orgs). **A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa.
- CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CÔRTEZ, Mariana. A Revolta Dos Bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021025, 2021.
- Deputado Federal Delegado Waldir**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/164359>>. Acesso em: 3 abr. 2024.
- FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Os Governos Petistas E A Conciliação De Classes: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 28, ed. 1, p. 13-41, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12442>. Acesso em: 8 fev. 2024.
- FONSECA, Selva Guimarães. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 91, n. 228, p. 390-407, ago. 2010. P. 400.

Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812010000200007&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812010000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 abr. 2024.

FREITAS, Maria Virgínia. Jovens, Escola Democrática e Proposta do “Escola sem Partido” In: Ação Educativa(Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

FREITAS, Maria Virgínia. Jovens, Escola Democrática e Proposta do “Escola sem Partido” In: Ação Educativa (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, 144 p.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRIGOLETTO, Evandra. **Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da Renovação Carismática**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

LE MOS, Carolyne. Teologia Da Prosperidade E Sua Expansão Pelo Mundo. **REVELETEO - Revista Eletrônica Espaço Teológico**. ISSN 2177-952x, v. 11, n. 20, 1 jan. 2017.

MOTTIN, Karina. Relações Entre Política e Religião na Defesa de Uma Educação “Neutra”. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, 6 jul. 2020.

MOURA, C. H. G.; SILVA, P. F. DA. Escola sem Partido e Conservadorismo Moral: Instrumentalização da Religião, Sexualidade e Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e250951, 30 jun. 2023.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“ESCOLA SEM PARTIDO”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História**. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

PEREIRA, E. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 76, p. 147–173, 25 abr. 2023.

REIS, Toni. In: Ação Educativa (Orgs). **A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso** (p. 29-42). São Paulo: Ação Educativa.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. São Paulo: Autêntica, 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROCHA, Telma B., BRANDÃO, Cleyton W. Discursos de ódio contra professores(as) como ressonância do Escola sem Partido: Entrave à escola laica e à autonomia docente. In: Orgs.) MACEDO, Roberto S. **Tomar Partido da Escola e dos seus Educadores: do escárnio político da escola sem partido à dignidade da escola autorizante**. Salvador: Edufba, 2021.p. 45-59.

RODRIGUES, Tatiane; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 15–30, jan. 2013.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)**. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Katálisis**, Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 1, p. 68- 76, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 97, p. 23–40, nov. 2013.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola sem partido: síndrome de uma educação autoritária**. Curitiba: Appris, 2019.

## 8 ANEXO A – TERMO DE OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

### TERMO DE OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Local e data

Ilmo. Sr. ...

DD. Diretor da Escola...

Em mãos

Prezado Diretor,

Venho, respeitosamente, na qualidade de pai/mãe e representante legal do menor (nome, identificação escolar), com fundamento no artigo 5º, inciso VIII, da Constituição Federal, manifestar em nome do meu filho OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA relativamente à sua participação em toda e qualquer atividade escolar que, a pretexto de promover o estudo da "cultura afro-brasileira" (conforme o disposto no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), tenha por objeto a temática "religião ou religiões de matriz africana".

A presente OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA tem a finalidade de resguardar a liberdade religiosa e a integridade psíquica e moral do meu filho — asseguradas, respectivamente, pelos artigos 5º, VI, da Constituição, e 17 do ECA —, e o meu direito a que ele receba a educação religiosa que esteja de acordo com as minhas convicções (Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 12, IV).

Diante desta manifestação, a escola deverá providenciar, nos termos do inciso VIII do artigo 5º da Constituição, atividade escolar alternativa, em grau de dificuldade equivalente, a fim de que meu filho não sofra nenhum prejuízo em seu aprendizado e em suas notas.

Certo(a) de que Vossa Senhoria tudo fará para que a presente manifestação de vontade seja respeitada e para que meu filho não sofra nenhum tipo de retaliação em virtude desta iniciativa, subscrevo-me,

Atenciosamente,

---

nome, qualificação, endereço